

Sumário

Nota prévia à 22. ^a edição	5
---	---

Lista de abreviaturas	7
-----------------------------	---

Título I – Função executiva em geral

1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO	71
---	-----------

§ 1.º Classificação das Ações	71
--	-----------

1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição	71
--	----

2. Limites políticos e práticos da função executiva.....	77
--	----

2.1. Critérios classificatórios da ação	79
---	----

2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação	81
---	----

3. Eficácias da sentença e satisfação	82
---	----

3.1. Eficácia declaratória.....	84
---------------------------------	----

3.2. Eficácia constitutiva	87
----------------------------------	----

3.3. Eficácia condenatória	88
----------------------------------	----

3.4. Eficácia mandamental	93
---------------------------------	----

3.5. Eficácia executiva	97
-------------------------------	----

§ 2.º Do Ato Executivo	99
-------------------------------------	-----------

4. Natureza do ato executivo	99
------------------------------------	----

5. Classificação dos atos executivos	103
--	-----

6. Cumprimento do ato executivo	104
---------------------------------------	-----

6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo.....	105
---	-----

6.2. Requisição da força pública.....	107
---------------------------------------	-----

7. Documentação do ato executivo	109
--	-----

§ 3.º Princípios da Função Executiva.....	110
--	------------

8. Princípios fundamentais da execução	110
--	-----

9. Princípio da autonomia.....	112
--------------------------------	-----

10. Princípio do título	114
11. Princípio da responsabilidade patrimonial	116
12. Princípio do resultado	117
13. Princípio da disponibilidade	119
13.1. Conceito e natureza da desistência	119
13.2. Espécies de desistência	120
13.3. Requisitos da desistência da execução	120
13.3.1. Requisitos formais da desistência	121
13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência	121
13.3.3. Requisitos temporais da desistência	122
13.4. Efeitos da desistência da execução	123
14. Princípio da adequação	125
§ 4.º Processo de Execução e Execução Incidental	126
15. Execução autônoma	126
15.1. Precisão terminológica	126
15.2. “Condições” da ação executória	128
16. Natureza da função jurisdicional executiva	130
17. Execução incidente	134
18. Integração da disciplina executiva	141
2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA	143
§ 5.º Espécies de Execução	143
19. Ordem dos atos processuais na execução	143
19.1. Meios executórios típicos e atípicos	149
19.2. Meios executórios e procedimento	152
§ 6.º Execução Indireta	153
20. Meios executórios de coerção	153
20.1. Coerção patrimonial	155
20.2. Coerção pessoal	158
§ 7.º Execução Direta	159
21. Meios executórios de sub-rogação	159
21.1. Meio do desapossamento	159
21.2. Meio da transformação	160
21.3. Meio da expropriação	160
21.3.1. Meio do desconto	161
21.3.2. Meio da adjudicação	161

21.3.3.	Meio da alienação por iniciativa particular	162
21.3.4.	Meio da alienação por leilão	162
21.3.5.	Meio da apropriação	163
3.	REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO	164
22.	Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento	164
§ 8.º	Título Executivo	168
23.	Natureza do título executivo	168
24.	Eficácia do título executivo.....	171
24.1.	Posição do exequente	171
24.2.	Posição do Estado.....	173
24.3.	Posição do executado.....	173
25.	Conteúdo do título executivo.....	174
25.1.	Identificação das partes	174
25.2.	Identificação do resultado	175
25.3.	Limitação da responsabilidade	175
26.	Caracteres do título executivo.....	175
26.1.	Certeza do título	176
26.2.	Liquidez do título	178
26.3.	Exigibilidade do título	179
27.	Forma do título executivo.....	180
§ 9.º	Espécies de Títulos Executivos	184
28.	Título executivo judicial	184
28.1.	Decisão condenatória proferida no processo civil	186
28.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial	193
28.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	195
28.4.	Formal ou certidão de partilha	196
28.5.	Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo.....	197
28.6.	Sentença penal condenatória.....	199
28.7.	Sentença arbitral	202
28.8.	Sentença estrangeira homologada.....	203
28.9.	Decisão estrangeira passado <i>exequatur</i>	205
29.	Título executivo extrajudicial.....	205
29.1.	Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque	206
29.1.1.	Letra de câmbio	206

29.1.2.	Nota promissória.....	207
29.1.3.	Duplicata	207
29.1.4.	Cheque.....	211
29.1.5.	Debênture.....	212
29.2.	Escritura pública ou instrumento público.....	213
29.3.	Instrumento particular	215
29.4.	Transação referendada	218
29.5.	Contratos de caução.....	219
29.6.	Contrato de seguro de vida	220
29.7.	Foro e laudêmio.....	221
29.8.	Aluguel de imóvel e encargos	222
29.9.	Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública	223
29.10.	Contrato de contragarantia	224
29.11.	Contribuições condominiais.....	224
29.12.	Certidão da serventia notarial e registral	225
29.13.	Títulos previstos em leis extravagantes	226
30.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	230
31.	Protesto do título executivo judicial	232
31.1.	Natureza e finalidade do protesto do título judicial	232
31.2.	Momento e requisitos do protesto do título judicial	233
31.3.	Instrumento do protesto do título judicial.....	234
31.4.	Cancelamento do protesto de título judicial	234
32.	Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes	235
	§ 10.º Inadimplemento	237
33.	Fato constitutivo da demanda executória	237
34.	Causas e efeitos do inadimplemento.....	238
34.1.	Causa do inadimplemento	239
34.2.	Efeitos do inadimplemento	239
34.2.1.	Inadimplemento absoluto.....	239
34.2.2.	Inadimplemento relativo.....	240
34.2.3.	Inadimplemento antecipado.....	241
34.2.4.	Adimplemento ruim	242
35.	Momento e prova do inadimplemento na demanda executória	242
35.1.	Prova do vencimento do termo (mora <i>ex persona</i>)	243
35.2.	Prova da realização da condição	244
35.3.	Prova do vencimento do prazo de espera	245

36.	Inadimplemento das obrigações bilaterais.....	251
36.1.	Controle da inicial	253
36.2.	Prazo da suspensão	254
36.3.	Despesas e honorários	254
37.	Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior	254
38.	Tempo e forma da oposição do executado	255
4.	INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....	256
§ 11.º	Responsabilidade Patrimonial	256
39.	Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado	256
40.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	261
40.1.	Casos especiais de responsabilidade primária	262
40.1.1.	Bens do devedor na posse de terceiros.....	263
40.1.2.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....	264
40.1.3.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra credores	265
40.2.	Responsabilidade do sucessor a título singular	266
40.3.	Responsabilidade do sócio	267
40.3.1.	Fundamento da responsabilidade do sócio	267
40.3.2.	Benefício de ordem do sócio.....	268
40.4.	Responsabilidade do cônjuge ou companheiro.....	270
40.5.	Responsabilidade no caso de desconsideração da personalidade jurídica	270
40.5.1.	Responsabilidade secundária direta do sócio	271
40.5.2.	Responsabilidade secundária indireta do sócio	273
40.5.3.	Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica	275
40.5.3.1.	Iniciativa na desconsideração da pessoa jurídica	277
40.5.3.2.	Momento da desconsideração da pessoa jurídica.....	277
40.5.3.3.	Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica.....	278
40.5.3.4.	Decisão da desconsideração da pessoa jurídica.....	279
40.5.3.5.	Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica	279

41.	Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	281
41.1.	Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	282
41.2.	Registro da penhora nos direitos reais limitados	284
42.	Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado	285
43.	Classificação da impenhorabilidade.....	285
43.1.	Impenhorabilidade material absoluta.....	287
43.2.	Impenhorabilidade material relativa.....	289
43.2.1.	Regime da comunhão parcial.....	290
43.2.2.	Regime da comunhão universal.....	291
43.2.3.	Regime da separação total	292
43.2.4.	Regime dotal.....	292
43.2.5.	Regime de participação final nos aquestos.....	292
43.3.	Impenhorabilidade processual absoluta.....	293
43.4.	Impenhorabilidade processual relativa.....	293
44.	Princípios da impenhorabilidade.....	294
44.1.	Tipicidade da impenhorabilidade	294
44.2.	Disponibilidade da impenhorabilidade.....	296
45.	Bens de penhorabilidade controvertida.....	298
45.1.	Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos	298
45.2.	Penhorabilidade das quotas sociais.....	299
45.3.	Penhorabilidade do telefone	302
45.4.	Penhorabilidade das próteses	303
45.5.	Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens.....	303
45.5.1.	Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias...	304
45.5.2.	Penhorabilidade das missivas	304
45.5.3.	Penhorabilidade dos jazigos.....	305
45.5.4.	Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso	305
	<i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta</i>	<i>306</i>
46.	Natureza e finalidade do benefício de competência	306
47.	Limites positivos do benefício de competência.....	307
47.1.	Impenhorabilidade dos inalienáveis	307
47.2.	Impenhorabilidade do seguro de vida.....	308
47.3.	Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social ...	308
47.4.	Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário	310

<i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa</i>	311
48. Limites positivos da impenhorabilidade relativa	311
48.1. Impenhorabilidade convencional	311
48.2. Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos	312
48.3. Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais	313
48.4. Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural	314
48.5. Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários ou úteis.....	319
48.6. Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em anda- mento.....	322
48.7. Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de pou- pança.....	322
48.8. Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobi- liária	324
48.9. Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.....	324
48.10. Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção	325
48.11. Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia	326
48.12. Impenhorabilidade relativa do bem de família.....	327
48.12.1. Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar	327
48.12.2. Fundamento da impenhorabilidade da residência fami- liar.....	332
48.12.3. Objeto da impenhorabilidade da residência familiar	333
48.12.3.1. Impenhorabilidade do prédio.....	333
48.12.3.2. Impenhorabilidade do conteúdo.....	339
48.12.4. Beneficiários da impenhorabilidade da residência fami- liar.....	341
48.12.5. Exceções à impenhorabilidade da residência familiar	344
48.12.5.1. Crédito do financiador da residência.....	347
48.12.5.2. Crédito alimentar	347
48.12.5.3. Crédito tributário, preço público e despesas condominiais	348
48.12.5.4. Crédito hipotecário	350
48.12.5.5. Crédito resultante da sentença penal conde- natória.....	351
48.12.5.6. Crédito decorrente de fiança locatícia	351

<i>Subseção III – Invalidação da penhora</i>	353
49. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem	353
50. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade	354
§ 12.º Fraude na Execução	355
51. Conceito e natureza da fraude contra execução	355
52. Requisitos da fraude contra execução	360
52.1. Litispendência como elemento da fraude	360
52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude	364
53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo.....	365
53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória	368
53.2. Registro da pendência da execução	369
53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial	370
53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insol- vência	378
53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar	379
53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal.....	380
54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra execução	382
55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução.....	384
§ 13.º Obrigações e Execução	385
56. Título executivo e obrigação	385
57. Classificação das obrigações na lei processual	386
57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas	389
57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas	390
57.3. Obrigações condicionais e a termo	392
57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis	392
§ 14.º Liquidação do Título Judicial	393
58. Conceito e natureza da liquidação	393
59. Causa da liquidação	395
59.1. Proibição da condenação genérica	397
59.2. Liquidez e espécies de obrigação	399
59.3. Casos de liquidação obrigatória	400
59.4. Liquidação e título extrajudicial.....	400
60. Liquidação e inexistência da obrigação	401
61. Pressupostos processuais na liquidação	402
62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação	404

63.	Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência...	405
63.1.	Coisa julgada resultante da liquidação	405
63.2.	Correção do erro material.....	407
63.3.	Renovação da liquidação.....	408
63.4.	Sucumbência na liquidação	409
64.	Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título.....	410
65.	Liquidação e espécies de execução	410
66.	Liquidação por cálculo.....	411
66.1.	Natureza da liquidação por cálculo.....	412
66.2.	Âmbito da liquidação por cálculo	416
66.3.	Elementos da liquidação por cálculo.....	417
66.4.	Requisitos da planilha na liquidação por cálculo.....	419
66.5.	Recursos na liquidação por cálculo	421
67.	Liquidação por arbitramento.....	422
68.	Liquidação por artigos.....	425
69.	Princípio da fidelidade ao título.....	427
	§ 15.º Cumulação de Execuções	429
70.	Natureza e efeitos da cumulação de execuções	429
71.	Requisitos da cumulação inicial de execuções	431
71.1.	Identidade de partes	431
71.2.	Identidade de competência.....	431
71.3.	Identidade de meios executórios	432
72.	Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências	433
73.	Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas.....	435
	§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado.....	436
74.	Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado	436
75.	Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado	438
75.1.	Cabimento do cumprimento voluntário	438
75.2.	Legitimidade da parte e de terceiro.....	439
75.3.	Momento do cumprimento voluntário.....	440
75.4.	Pressupostos processuais e competência.....	440
75.5.	Intimação e atitudes do credor	440
75.6.	Efeitos do depósito	441
75.7.	Resolução do incidente.....	441

§ 17.º Cumprimento Provisório	442
76. Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial....	442
76.1. Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....	444
76.2. Particularidades da execução definitiva de título judicial.....	446
76.2.1. Execução definitiva do capítulo da sentença.....	446
76.2.2. Execução definitiva na pendência de rescisória.....	447
76.2.3. Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória	448
76.3. Particularidades da execução provisória de título judicial.....	450
77. Regime do cumprimento provisório do título judicial	454
77.1. Escolha do meio executório no cumprimento provisório	454
77.2. Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório	455
77.3. Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provisório	456
77.3.1. Particularidades da caução no cumprimento provisório ...	457
77.3.2. Dispensa da caução no cumprimento provisório	458
77.4. Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório....	461
78. Procedimento do cumprimento provisório do título judicial.....	464
78.1. Oportunidade do cumprimento provisório	464
78.2. Formação de autos próprios no cumprimento provisório	464
78.3. Adimplemento do executado no cumprimento provisório.....	466
78.4. Prestação de caução no cumprimento provisório.....	467
78.5. Extinção do cumprimento provisório.....	468
78.6. Cabimento da impugnação do executado	468
78.7. Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório.....	469
§ 18.º Medidas de Urgência na Execução	470
79. Tutela provisória da atividade executiva.....	470
80. Momento e procedimento das medidas de urgência	473
§ 19.º Responsabilidade do Exequente	474
81. Responsabilidade do exequente na execução	474
81.1. Natureza da responsabilidade do exequente	475
81.2. Elementos da responsabilidade do exequente.....	476
81.3. Extensão da responsabilidade perante terceiros	477
81.4. Efeitos da responsabilidade do exequente	478

§ 20.º Comportamento Processual do Executado.....	478
82. Lealdade processual no processo executivo	478
83. Tipicidade do comportamento processual.....	481
84. Efeitos da deslealdade do executado.....	485

Título II – Relação processual executiva

5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO	488
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	488
§ 21.º Pressupostos Processuais.....	488
85. Pressupostos processuais e demanda executória.....	488
86. Conceito de pressupostos processuais.....	491
87. Classificação dos pressupostos processuais	493
88. Controle dos pressupostos processuais	494
88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais.....	494
88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais	495
SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO.....	496
§ 22.º Jurisdição	496
89. Existência de jurisdição e processo executivo	496
89.1. Órgãos especiais de jurisdição	497
89.2. Natureza do ato jurisdicional	498
90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo	500
§ 23.º Competência	503
91. Competência na execução	503
91.1. Massa de lides e sua distribuição.....	503
91.2. Conceito de competência	504
91.3. Identificação dos órgãos jurisdicionais	504
91.4. Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão.....	505
91.5. Provocação do processo e problema de competência	505
91.6. Espécies de competência.....	506
92. Competência na execução fundada em título judicial	508
92.1. Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau	508
92.2. Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....	510

92.3.	Execução do título produzido no juízo arbitral	514
92.4.	Execução do título produzido no juízo penal	515
92.5.	Execução do título estrangeiro	515
93.	Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	516
93.1.	Competência geral na execução de título extrajudicial	516
93.1.1.	Competência interna	518
93.1.2.	Competência internacional.....	519
93.2.	Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa	519
93.3.	Competência na execução coletiva.....	522
94.	Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência.....	523
95.	Controle da competência na execução	525
95.1.	Cabimento da alegação de incompetência nas execuções individual e coletiva	526
95.2.	Momento e forma da alegação de incompetência	526
95.3.	Procedimento e efeito da alegação de incompetência	527
§ 24.º Imparcialidade		528
96.	Imparcialidade do juiz na execução	528
97.	Causas de frustração da imparcialidade	530
98.	Controle da imparcialidade na execução.....	534
98.1.	Cabimento da exceção de parcialidade	534
98.2.	Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade	534
98.3.	Momento e forma da exceção de parcialidade	535
98.4.	Procedimento e efeito da exceção de parcialidade	537
SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES ...		538
99.	Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais	538
§ 25.º Personalidade Processual		541
100.	Personalidade processual no processo executivo	541
101.	Controle da falta de personalidade processual	543
§ 26.º Capacidade Processual.....		543
102.	Capacidade processual na execução.....	543
102.1.	Capacidade processual plena	544
102.2.	Capacidade processual relativa e assistência	545
102.3.	Incapacidade processual e representação	546

103.	Integração da capacidade processual	546
103.1.	Integração da capacidade processual pelo cônjuge	546
103.2.	Integração da capacidade processual por curador especial	547
104.	Intervenção do Ministério Público	548
105.	Controle dos defeitos de capacidade processual	549
105.1.	Momento de verificação do defeito	549
105.2.	Iniciativa do conhecimento do defeito	550
105.3.	Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação	550
105.4.	Perda superveniente da capacidade processual	550
105.5.	Efeitos da inércia do interessado	551
105.6.	Efeitos do saneamento do defeito	551
§ 27.º Capacidade Postulatória		551
106.	Função pública do advogado e processo executivo	551
106.1.	Atos privativos de advogado na execução	553
106.2.	Prova da outorga do mandato	554
106.3.	Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória	555
107.	Controle dos defeitos de capacidade postulatória	555
107.1.	Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória	556
107.2.	Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória	556
107.3.	Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória	556
107.4.	Efeitos da inércia do interessado	557
107.5.	Efeitos do saneamento pelo interessado	557
§ 28.º Legitimidade		557
<i>Subseção I – Noções gerais</i>		<i>557</i>
108.	Partes legítimas na execução	557
109.	Parte e terceiro na execução	560
110.	Litisconsórcio ativo e passivo na execução	563
111.	Intervenção de terceiros na execução	565
112.	Classificação da legitimidade de parte na execução	567
<i>Subseção II – Legitimidade ativa</i>		<i>569</i>
113.	Legitimidade ativa ordinária primária	569

114.	Legitimidade ativa ordinária superveniente	571
114.1.	Legitimidade superveniente do ofendido.....	571
114.2.	Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor	571
114.3.	Legitimidade superveniente do cessionário.....	572
114.4.	Legitimidade superveniente do sub-rogado	574
114.5.	Legitimidade superveniente do cidadão	574
115.	Legitimidade ativa extraordinária.....	574
115.1.	Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva	575
115.2.	Legitimidade extraordinária autônoma concorrente	575
	<i>Subseção III – Legitimidade passiva</i>	<i>577</i>
116.	Legitimidade passiva ordinária primária	577
117.	Legitimidade passiva ordinária superveniente.....	578
117.1.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor ...	578
117.2.	Legitimidade passiva do novo devedor	580
118.	Legitimidade passiva extraordinária.....	581
118.1.	Legitimidade extraordinária do fiador	582
118.2.	Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gravado ...	585
118.3.	Legitimidade extraordinária do responsável tributário	585
118.4.	Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular	588
118.5.	Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral	589
118.6.	Legitimidade extraordinária do cônjuge.....	590
118.7.	Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador	591
119.	Assistência na execução.....	591

SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL

§ 29.º Litispendência.....	594
120. Litispendência na execução	594
121. Controle da litispendência na execução	597
§ 30.º Coisa Julgada	599
122. Coisa julgada na execução	599
123. Controle da coisa julgada na execução	604
§ 31.º Perempção.....	604
124. Perempção na execução	604

§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas	605
125. Pagamento ou depósito prévio da sucumbência.....	605
126. Caução para garantir custas e honorários na execução	606
SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL	607
§ 33.º Invalidades	607
127. Invalidades no processo executivo.....	607
127.1. Classificação das invalidades.....	608
127.2. Nulidades cominada e não cominada	611
128. Nulidades cominadas no processo executivo.....	611
128.1. Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo	612
128.2. Citação inexistente ou nula do executado.....	612
128.3. Verificação do termo ou condição	613
129. Momento, forma e preclusão do controle das invalidades	613
130. Adequação do procedimento	614
6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	616
SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO	616
§ 34.º Princípio da Demanda	616
131. Impulso da parte na execução	616
132. Impulso oficial na execução	619
133. Petição inicial da execução	621
§ 35.º Requisitos da Petição Inicial	623
134. Requisitos gerais da petição inicial	623
134.1. Identificação e qualificação das partes.....	626
134.2. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido	628
134.3. Pedido na execução	629
134.4. Indicação do valor da causa	632
134.5. Instrução da petição inicial.....	634
134.5.1. Ônus de exibição do título executivo	634
134.5.2. Prova do termo ou da condição.....	635
134.5.3. Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....	636
134.5.4. Ônus de exibição do demonstrativo do débito.....	638
135. Requisitos especiais da petição inicial	639
135.1. Indicação da espécie de execução	640

135.2.	Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos.....	641
135.3.	Requerimento e modos de citação do executado	643
135.4.	Indicação de bens passíveis de constrição	646
135.5.	Requerimento de investigação de ativos financeiros	646
135.6.	Requerimento de concessão do benefício da gratuidade	650
135.7.	Pedido de medidas de urgência	651
136.	Requisitos formais da petição inicial.....	651
136.1.	Forma da petição inicial	651
136.2.	Datação da petição inicial	652
136.3.	Autenticação da petição inicial.....	652
136.4.	Indicação do endereço do advogado do exequente	652
136.5.	Produção dos documentos indispensáveis.....	653
136.6.	Duplicação da petição inicial.....	653
§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória		654
137.	Propositura da execução	654
138.	Efeitos da propositura da execução	655
138.1.	Prevenção no processo executivo	656
138.2.	Litispendência	656
138.3.	Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....	657
138.4.	Constituição em mora do executado.....	658
138.5.	Prescrição da pretensão a executar	658
138.6.	Averbação do ajuizamento da execução	662
138.6.1.	Natureza da averbação	663
138.6.2.	Procedimento da averbação	664
138.6.3.	Efeitos da averbação do ajuizamento	666
138.6.4.	Responsabilidade do exequente pela averbação indevida.....	666
139.	Ônus de averbação da propositura e das constrições	666
SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL		667
§ 37.º Emendas da Petição Inicial		667
140.	Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	667
141.	Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento	669
§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial		671
142.	Extinção liminar do processo executivo.....	671
143.	Pronunciamento extintivo e recurso cabível	672

§ 39.º Deferimento Liminar da Execução	673
144. Deferimento da inicial e citação do executado.....	673
7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	675
§ 40.º Noções Gerais	675
145. Crises da relação processual.....	675
146. Conceito e objeto da suspensão do processo	679
147. Classificação dos eventos suspensivos do processo.....	680
148. Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	682
§ 41.º Suspensão Obrigatória.....	683
149. Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória	683
150. Casos comuns de suspensão obrigatória.....	685
150.1. Morte ou perda da capacidade processual da parte	685
150.2. Morte ou perda da capacidade processual do representante	687
150.3. Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado	687
150.4. Exceção de impedimento e de suspeição.....	688
150.4.1. Âmbito da exceção de parcialidade na execução.....	690
150.4.2. Oportunidade da exceção de parcialidade na execução	690
150.4.3. Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade	691
150.5. Pendência de eventos externos.....	692
150.6. Prejudicialidade externa na execução.....	693
150.7. Força maior suspensiva.....	695
150.8. Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória	696
150.8.1. Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	696
150.8.2. Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado	696
150.8.3. Suspensão no caso de atentado	697
150.8.4. Suspensão no caso das férias forenses.....	698
150.8.5. Suspensão no caso de conflito de competência.....	699
150.9. Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade	700
151. Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução	701
152. Efeito suspensivo da impugnação do executado.....	702
152.1. Necessidade de requerimento do executado.....	703
152.2. Caráter <i>ope judicis</i> da suspensão	703

152.3.	Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação	704
152.4.	Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....	706
152.5.	Recurso cabível do incidente de suspensão	706
153.	Efeito suspensivo dos embargos à execução	707
153.1.	Necessidade de requerimento do executado.....	709
153.2.	Caráter <i>ope iudicis</i> da suspensão	709
153.3.	Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos embargos ...	709
153.4.	Modificação e revogação do efeito suspensivo	710
153.5.	Recurso cabível no incidente de suspensão.....	711
154.	Efeito suspensivo dos embargos de terceiro	711
155.	Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro).....	714
156.	Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral	714
157.	Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz	715
158.	Falta de bens penhoráveis.....	715
159.	Frustração da alienação coativa	720
160.	Efeito suspensivo do parcelamento limitado	721
160.1.	Âmbito da suspensão dilatória da execução	722
160.2.	Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória.....	723
160.3.	Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória.....	724
160.4.	Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória....	725
160.5.	Contraditório na postulação da suspensão dilatória.....	727
160.6.	Efeitos do deferimento da suspensão dilatória.....	727
160.7.	Cessação da suspensão dilatória da execução.....	728
161.	Falta de localização do executado	729
162.	Suspensão cautelar da execução	729
163.	Suspensão da insolvência civil	732
	§ 42.º Suspensão Voluntária	732
164.	Suspensão convencional genérica.....	732
165.	Suspensão dilatória ilimitada da execução.....	733
	§ 43.º Conversão da Execução	736
166.	Frustração da execução específica e conversão da execução	736
	§ 44.º Efeitos da Suspensão	737
167.	Efeitos da suspensão do processo executivo.....	737

8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	740
§ 45.º Noções Gerais	740
168. Natureza do ato extintivo da execução	740
169. Causas da sentença na execução	743
170. Forma da sentença na execução	745
171. Eficácia da sentença na execução.....	748
172. Classificação das sentenças na execução.....	750
173. Recurso cabível contra a sentença na execução	751
§ 46.º Extinção Própria	752
174. Cumprimento espontâneo da obrigação.....	752
174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral	752
174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução).....	754
174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins....	754
174.2.2. Procedimento da remição da execução.....	755
174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução ...	756
174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução	757
174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução	757
174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução.....	758
174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução	758
174.2.2.6. Efeitos da remição da execução.....	759
175. Cumprimento forçado da obrigação.....	760
§ 47.º Extinção Imprópria	760
176. Indeferimento da petição inicial	760
177. Abandono bilateral.....	763
178. Abandono unilateral	764
179. Desistência da execução	764
180. Ausência de pressuposto processual	767
180.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental	768
180.2. Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar.....	770
181. Ausência de interesse processual e de legitimidade	772

182. Intransmissibilidade do objeto litigioso	773
183. Confusão entre exequente e executado	773
184. Causas processuais específicas	774
184.1. Ausência de litisconsorte necessário.....	774
184.2. Ausência de pressuposto processual subjetivo.....	775
184.3. Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco	775
185. Execução infrutífera, prescrição intercorrente e inutilidade da tutela	776
186. Liberação do executado	777
§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução	779
187. Responsabilidade por despesas processuais.....	779
187.1. Conceito e classificação das despesas	779
187.2. Dever de o exequente antecipar as despesas	782
187.3. Responsabilidade geral do executado	782
187.4. Concessão do benefício da gratuidade ao executado.....	784
187.5. Despesas processuais da Fazenda Pública.....	786
188. Honorários de advogado na execução	787
188.1. Cabimento dos honorários	789
188.2. Momento da fixação	794
188.3. Montante dos honorários.....	796
188.4. Natureza do provimento e recurso	797
189. Responsabilidade da parte vencida	797

Título III – Procedimentos executivos comuns

9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	799
SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSSAMENTO	799
§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento	799
190. Abrangência desapossamento	799
191. Certeza da coisa no desapossamento	803
192. Objeto do desapossamento	804
193. Título executivo na execução para entrega de coisa	804
SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	806
§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial	806
194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa	806
195. Individualização da coisa	807

196. Prazo de entrega da coisa	807
197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis	808
198. Prosseguimento da execução	810
§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial.....	811
199. Liquidação das benfeitorias.....	811
199.1. Abrangência da liquidação prévia	811
199.2. Forma da liquidação prévia	811
199.3. Embargos de retenção	812
200. Petição inicial da execução para entrega de coisa	814
201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária)	814
202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa	816
203. Frustração da execução específica	819
204. Desapossamento da coisa litigiosa.....	819
205. Levantamento da coisa na pendência de embargos	821
206. Extinção da execução	822
SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA	823
§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta.....	823
207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa incerta ...	823
208. Individualização no cumprimento da sentença.....	824
§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta	824
209. Incidente de individualização da coisa	824
209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha ...	824
209.2. Impugnação à escolha.....	825
210. Prosseguimento da execução	826
10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	827
§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais	827
211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais	827
212. Título executivo da obrigação de fazer	829
213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade.....	830
SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL	831
§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial	831
214. Conteúdo do título executivo judicial	831

215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	832
216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	833
217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	834
218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial.....	835
SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL	835
§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial.....	835
219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial	835
220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial.....	839
221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública.....	841
§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial	842
222. Aplicação da pena pecuniária	842
222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte	843
222.2. Valor da multa pecuniária	844
222.3. Duração da multa pecuniária	845
222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária	847
222.5. Pena pecuniária e perdas e danos.....	851
222.6. Opção por outro meio executório.....	851
223. Desenvolvimento e extinção da execução	852
SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO	854
SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL	854
§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível	854
<i>Subseção I – Fase postulatória</i>	<i>854</i>
224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento	854
224.1. Heterogeneidade do prazo.....	855
224.2. Modos de fixação do prazo.....	855
224.3. Prorrogação do prazo	856
224.4. Inserção do prazo no mandado executivo	856
224.5. Fixação dos honorários advocatícios	856
224.6. Natureza do ato decisório e recurso.....	857
225. Caracterização e determinação do fazer.....	857

226.	Atitudes do executado após a citação.....	858
226.1.	Efeitos do cumprimento total e parcial	858
226.2.	Inércia do executado	859
226.3.	Oposição do executado e seu prazo.....	859
	<i>Subseção II – Fase instrutória.....</i>	860
227.	Atitudes do exequente após o descumprimento	860
227.1.	Conversão do procedimento	860
227.2.	Execução por terceiro.....	861
227.2.1.	Definição da fungibilidade.....	862
227.2.2.	Efetivação extrajudicial	862
227.2.3.	Escolha do terceiro	863
227.2.4.	Apresentação da proposta e manifestação das partes ...	864
227.2.5.	Preferência do exequente e formalização do negócio ...	864
227.2.6.	Adiantamento do preço.....	864
	<i>Subseção III – Incidentes da transformação</i>	865
228.	Retratação da execução específica	865
229.	Insucesso na escolha do terceiro	865
230.	Execução de custeamento	866
231.	Execução pelo exequente	867
231.1.	Prazo para exercer o direito de preferência.....	867
231.2.	Despesas da execução	867
231.3.	Prazo de execução	867
231.4.	Custeamento da execução	868
231.5.	Verificação do cumprimento	868
232.	Descumprimento do terceiro contratado.....	868
232.1.	Prazo de reclamação.....	868
232.2.	Contraditório no incidente	869
232.3.	Nova execução de custeamento.....	869
232.4.	Responsabilidade subsidiária do executado	870
232.5.	Extinção imprópria da execução	870
	<i>Subseção IV – Fase final.....</i>	870
233.	Controle da prestação de fazer	870
233.1.	Casos de cabimento do controle.....	871
233.2.	Procedimento do controle	871
234.	Extinção da execução da obrigação de fazer fungível	872

SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL	872
§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível	872
235. Infungibilidade da obrigação de fazer.....	872
235.1. Pessoaalidade do fazer	873
235.2. Licença administrativa	874
235.3. Prazo de cumprimento.....	874
235.4. Oposição do executado	874
236. Liquidação e execução das perdas e danos.....	875
SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	875
§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa	875
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	875
237. Execução específica das obrigações negativas	875
237.1. Título executivo da prestação negativa	877
237.2. Objeto da obrigação negativa	877
238. Comprovação do fato indébito	878
<i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i>	878
239. Procedimento da execução para desfazer	878
239.1. Prazo de desfazimento	879
239.2. Caracterização e determinação do desfazer	879
239.3. Citação e atitudes do executado	879
239.4. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa	880
240. Conversão do procedimento executivo	880
241. Extinção da execução	881
SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE	881
§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade	881
<i>Subseção I – Noções gerais</i>	881
242. Fungibilidade da declaração de vontade	881
243. Natureza da ação nascente do contrato preliminar.....	883
243.1. Título da substituição	884
243.2. Objeto da declaração de vontade.....	885
243.3. Formulação do pedido e sua correção.....	887
244. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares...	888

245.	Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado	891
245.1.	Modalidade dos atos executivos	891
245.2.	Possibilidade da execução da sentença substitutiva	892
245.3.	Desapossamento do vencido	893
245.4.	Aplicação do meio executório da coação patrimonial	893
	<i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i>	894
246.	Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda	894
247.	Forma do contrato preliminar de compra e venda	895
248.	Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda	895
249.	Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda	896
250.	Registro do contrato preliminar de compra e venda	897
251.	Outorga uxória e eficácia condenatória	899
	11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	900
	SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	900
	§ 62.º Obrigação Pecuniária	900
252.	Obrigação pecuniária e expropriação	900
252.1.	Atributos da obrigação pecuniária	902
252.2.	Espécies de prestações pecuniárias	903
252.3.	Reajuste das prestações pecuniárias	904
253.	Expropriação singular e coletiva	906
254.	Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento	907
	SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO	909
	<i>Subseção I – Execução de Título Judicial</i>	909
	§ 63.º Cumprimento da Sentença	909
255.	Iniciativa da parte na execução de título judicial	909
256.	Intimação do executado na execução de título judicial	910
256.1.	Modos e destinatários da intimação	910
256.2.	Contagem do prazo e alternativas	911
257.	Atitudes do executado após a intimação	912
258.	Controle oficial do valor da dívida	913

<i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial</i>	914
§ 64.º Citação do Executado	914
259. Ajuizamento da demanda executória	914
260. Citação do executado na expropriação	915
260.1. Modos de citação	916
260.2. Contagem do prazo e alternativas	917
§ 65.º Pagamento	919
261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado	919
262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio	921
§ 66.º Pré-Penhora	921
263. Natureza e finalidade da pré-penhora	921
264. Procedimento da pré-penhora	923
264.1. Pressupostos objetivos da pré-penhora	923
264.2. Forma da pré-penhora	924
264.3. Citação do executado	924
264.4. Pagamento superveniente	925
264.5. Intimação da conversão em penhora	926
264.6. Caducidade da pré-penhora	926
§ 67.º Penhora e Depósito	927
<i>Subseção III – Penhora em Geral</i>	927
265. Natureza jurídica da penhora	927
266. Conceito de penhora	930
267. Termo inicial e eficácia <i>erga omnes</i> da penhora	931
268. Efeitos da penhora no plano material	931
268.1. Ineficácia relativa dos atos de disposição	932
268.2. Reorganização da posse	934
268.3. Perda do direito de fruição	935
269. Efeitos da penhora no plano processual	936
269.1. Individualização de bens no patrimônio do executado	936
269.2. Conservação dos bens penhorados.....	937
269.3. Direito de preferência.....	937
269.4. Desencadeamento das técnicas expropriatórias.....	938
270. Extensão da penhora (frutos, acessões, pertencas e plantações).....	938
271. Formas de documentação da penhora	939

<i>Subseção IV – Procedimento da penhora</i>	940
272. Penhora por oficial de justiça.....	940
272.1. Escolha do exequente e nomeação do executado	941
272.2. Localização dos bens penhoráveis	942
272.2.1. Localização de ativos financeiros	943
272.2.2. Localização de outros bens (requisição perante terceiros).....	944
272.3. Ordem preferencial da penhora	945
272.4. Exibição dos títulos de domínio.....	948
272.5. Lugar da penhora.....	948
272.6. Tempo da penhora.....	950
272.7. Adequação da penhora	950
272.8. Penhora de bem indivisível.....	951
272.9. Avaliação do bem penhorado	952
273. Resistência do executado.....	953
273.1. Presunção de resistência.....	954
273.2. Ordem de arrombamento	954
273.3. Busca dos bens penhoráveis	955
273.4. Auto de arrombamento	956
273.5. Emprego da força policial.....	956
273.6. Auto da ocorrência	957
274. Elementos do auto ou termo de penhora.....	958
274.1. Tempo e lugar da penhora.....	958
274.2. Pertinência subjetiva da penhora.....	959
274.3. Descrição dos bens penhorados.....	959
274.4. Nomeação do depositário	960
274.5. Laudo de avaliação	960
<i>Subseção V – Depósito da coisa penhorada</i>	961
275. Desapossamento da coisa penhorada	961
276. Natureza jurídica do depósito.....	962
277. Objeto do depósito	964
278. Efeitos do depósito no plano material.....	965
278.1. Guarda e conservação da coisa	965
278.2. Administração da coisa	966
278.3. Posse do depositário.....	966

278.4.	Restituição da coisa	967
278.4.1.	Cabimento da ação de depósito	967
278.4.2.	Incidente na execução	968
278.5.	Dever de prestar contas	970
279.	Efeitos do depósito no plano processual	970
279.1.	Remuneração do depositário	971
279.2.	Responsabilidade do depositário	972
280.	Nomeação do depositário	973
280.1.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos	975
280.2.	Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	975
280.3.	Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos	976
281.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens	976
282.	Remoção do depositário	978
283.	Extinção do depósito	978
	<i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira...</i>	979
284.	Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros	979
285.	Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros	980
286.	Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros	981
287.	Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros	982
288.	Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora	983
	<i>Subseção VII – Penhora de créditos</i>	984
289.	Introdução à penhora de créditos	984
290.	Existência do crédito e sua penhora	987
291.	Objeto da penhora de crédito	989
292.	Penhora de mão própria	990
293.	Procedimento da penhora de crédito	990
293.1.	Penhora através de oficial de justiça	991
293.2.	Individualização do crédito	991
293.3.	Pré-penhora do crédito	991
293.4.	Aprensão dos títulos e cópias	992
293.5.	Confissão do terceiro devedor	992
293.6.	Conteúdo da confissão do terceiro	993
293.7.	Negativa do terceiro devedor	994

293.8.	Incidente de declaração da existência do crédito	994
293.9.	Extinção do crédito e reflexos na penhora.....	995
294.	Técnicas de conversão do crédito penhorado	996
294.1.	Sub-rogação do crédito penhorado.....	996
294.2.	Alienação do crédito penhorado	998
295.	Penhora no rosto dos autos.....	998
295.1.	Conceito de direito litigioso	999
295.2.	Forma da penhora no rosto dos autos	1000
295.3.	Penhora por dívida do autor da herança	1000
295.4.	Início da eficácia da penhora no rosto dos autos	1001
295.5.	Sub-rogação do direito litigioso.....	1001
296.	Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas.....	1002
297.	Penhora de direito a coisa determinada	1003
297.1.	Natureza da penhora	1003
297.2.	Objeto da penhora.....	1003
297.3.	Depósito da coisa.....	1003
297.4.	Sub-rogação do objeto da penhora	1004
297.5.	Técnicas de conversão do objeto da penhora	1004
297.6.	Direito sujeito a condição.....	1004
297.7.	Preferência na penhora de direito a coisa determinada.....	1004
	<i>Subseção VIII – Penhora de quotas e de ações de sociedades personificadas...</i>	1004
298.	Penhora de quotas e de ações	1004
299.	Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações	1005
	<i>Subseção IX – Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios e aeronaves.....</i>	1006
300.	Penhora de empresas e estabelecimentos.....	1006
301.	Administração da universalidade penhorada.....	1008
302.	Procedimento da penhora de universalidades.....	1009
302.1.	Escolha do administrador	1009
302.2.	Plano de administração.....	1010
302.3.	Plano de administração consensual.....	1010
302.4.	Controle do plano de administração	1011
302.5.	Destituição do administrador.....	1011
302.6.	Penhora dos edifícios em construção.....	1012
302.7.	Administração dos edifícios em construção	1012

303. Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada	1013
304. Penhora de navio e de aeronave	1014
304.1. Conceito de navio e de aeronave.....	1014
304.2. Natureza da penhora	1015
304.3. Seguro contra riscos	1015
<i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas.....</i>	1016
305. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1016
306. Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa	1016
<i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel</i>	1017
307. Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos	1017
308. Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos	1018
309. Objeto da penhora de frutos e de rendimentos	1019
310. Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....	1020
310.1. Eficiência da penhora.....	1021
310.2. Menor gravame da penhora	1021
311. Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos	1021
311.1. Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....	1021
311.2. Perda do poder de fruição do bem	1023
311.3. Temporariedade e natureza pro solvendo da apropriação	1023
311.4. Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio	1024
311.5. Nomeação de administrador	1025
311.6. Extensão dos poderes do administrador	1025
311.7. Pronunciamento judicial e recurso cabível	1026
312. Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos	1026
313. Administração de frutos e de rendimentos.....	1026
313.1. Aprovação da forma de administração.....	1026
313.2. Administrador do imóvel arrendado.....	1027
313.3. Locação do móvel ou de imóvel	1027
314. Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos	1027
315. Recebimento das quantias e imputação em pagamento	1028
<i>Subseção XII – Incidentes da penhora.....</i>	1028
316. Substituição da penhora	1028
316.1. Legitimidade para requerer a substituição	1029

316.2.	Fundamentos da substituição	1030
316.3.	Momento da substituição	1033
316.4.	Pressupostos da substituição requerida pelo executado	1034
316.5.	Objeto da substituição.....	1035
316.5.1.	Fiança bancária.....	1036
316.5.2.	Seguro.....	1038
316.6.	Contraditório na substituição.....	1038
316.7.	Decisão do incidente de substituição.....	1039
316.8.	Efeitos da substituição.....	1039
317.	Ilegalidade da penhora	1040
317.1.	Ilegalidade objetiva da penhora	1040
317.2.	Ilegalidade subjetiva da penhora.....	1041
318.	Renovação da penhora.....	1041
318.1.	Casos de renovação da penhora	1042
318.1.1.	Nulidade da penhora	1042
318.1.2.	Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida	1043
318.1.3.	Desistência da penhora.....	1043
318.2.	Intimação do executado e embargos.....	1044
318.3.	Despesas da renovação da penhora	1045
318.4.	Responsabilidade do credor na renovação da penhora	1045
319.	Alienação antecipada do bem penhorado.....	1045
319.1.	Natureza da alienação antecipada.....	1045
319.2.	Procedimento da alienação antecipada.....	1046
319.2.1.	Requisitos da alienação antecipada	1046
319.2.2.	Legitimidade para requerer a alienação antecipada ...	1047
319.2.3.	Modalidades de alienação antecipada.....	1047
319.2.4.	Alienação antecipada no cumprimento provisório.....	1048
319.2.5.	Contraditório e concordância do executado.....	1048
319.2.6.	Efeitos da alienação antecipada.....	1048
319.2.7.	Decisão do incidente e recurso	1049
320.	Adequação da penhora.....	1049
321.	Excesso de penhora e excesso de execução	1051
	<i>Subseção XIII – Concurso especial de credores</i>	<i>1052</i>
322.	Preferência emanada da penhora	1052
323.	Pressupostos da preferência do credor penhorante.....	1054

323.1.	Solvência do executado.....	1055
323.2.	Inexistência de prelação.....	1056
324.	Efeitos do concurso especial.....	1058
325.	Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada	1059
326.	Preferência em razão da averbação da penhora.....	1060
327.	Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções	1062
328.	Procedimento do concurso especial na fase inicial.....	1064
328.1.	Pressupostos da reunião das execuções.....	1064
328.2.	Obrigatoriedade da reunião das execuções	1064
328.3.	Ciência da multiplicidade de penhoras	1066
328.4.	Juízo competente para a reunião das execuções	1066
328.5.	Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial	1069
328.6.	Impulso processual da expropriação nas execuções singulares ...	1070
328.7.	Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum	1071
328.8.	Destino autônomo das execuções no concurso especial	1072
	<i>Subseção XIV – Intimação da penhora</i>	<i>1072</i>
329.	Intimação do executado da penhora.....	1072
329.1.	Dispensa da intimação do executado.....	1073
329.2.	Modos de intimação do executado.....	1073
329.3.	Destinatários da intimação	1073
330.	Intimação da penhora de terceiros.....	1074
331.	Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado.....	1074
331.1.	Posição processual do cônjuge	1076
331.2.	Embargos de terceiro do cônjuge	1077
331.3.	Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente	1078
331.4.	Preservação da meação individualmente sobre cada bem.....	1078
331.5.	Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge	1079
	SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO	1080
	§ 68.º Avaliação	1080
332.	Importância e natureza da avaliação	1080
333.	Momento e lugar da avaliação	1081
334.	Avaliador judicial e avaliador perito.....	1082

335.	Casos de dispensa da avaliação	1085
335.1.	Concordância das partes.....	1086
335.2.	Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa	1086
335.3.	Bens de cotação usual no mercado.....	1087
336.	Procedimento da avaliação por avaliador.....	1087
336.1.	Laudo de avaliação	1088
336.2.	Conteúdo do laudo e critérios de avaliação	1089
336.2.1.	Valor segundo o custo.....	1090
336.2.2.	Valor segundo a renda	1090
336.2.3.	Valor segundo o mercado	1090
336.3.	Divisão cômoda de imóvel	1091
336.4.	Audiência das partes e decisão	1091
337.	Repetição da avaliação.....	1092
338.	Adequação da penhora	1093
	§ 69.º Alienação Forçada	1094
339.	Natureza jurídica da alienação forçada.....	1094
340.	Efeitos da alienação forçada no plano material	1099
340.1.	Título da aquisição.....	1100
340.2.	Modo de aquisição.....	1102
340.3.	Responsabilidade tributária do adquirente.....	1102
340.4.	Vícios ocultos e aparentes da coisa	1103
340.5.	Evicção na alienação coativa.....	1104
340.6.	Alienação coativa de coisa locada.....	1107
340.7.	Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais.....	1109
340.8.	Alienação coativa de coisa comodada.....	1109
340.9.	Alienação forçada e frutos do bem.....	1110
340.10.	Posse da coisa adquirida	1111
340.11.	Purgação dos direitos reais de garantia	1113
340.12.	Traspasso dos direitos reais de gozo	1115
341.	Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	1115
341.1.	Conversão coativa da penhora.....	1115
341.2.	Realização do preço.....	1116
342.	Legitimidade para arrematar.....	1117
342.1.	Legitimidade geral.....	1117
342.2.	Restrições à legitimidade	1118

§ 70.º Adjudicação	1121
343. Natureza jurídica da adjudicação.....	1121
344. Objeto da adjudicação	1122
345. Pressupostos da adjudicação.....	1123
345.1. Preço não inferior ao da avaliação	1123
345.2. Legitimidade para adjudicar.....	1124
346. Procedimento da adjudicação.....	1128
346.1. Oportunidade da adjudicação.....	1128
346.2. Intimações prévias à adjudicação.....	1128
346.3. Forma do requerimento de adjudicação.....	1129
346.4. Intimação do executado	1130
346.5. Multiplicidade de pretendentes	1130
346.6. Auto de adjudicação	1132
346.7. Recurso contra a decisão na adjudicação	1132
346.8. Carta de adjudicação	1133
347. Resgate do bem hipotecado adjudicado	1134
348. Efeitos da adjudicação	1134
348.1. Efeitos gerais da adjudicação	1135
348.2. Efeitos particulares da remição.....	1135
§ 71.º Alienação	1136
349. Modalidades da alienação do bem penhorado	1136
<i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i>	1137
350. Natureza da alienação por iniciativa particular.....	1137
351. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular	1139
352. Procedimento da alienação por iniciativa particular.....	1139
352.1. Iniciativa do exequente	1140
352.2. Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro	1140
352.3. Condições do negócio	1142
352.4. Apresentação da proposta e contraditório	1144
352.5. Termo de alienação	1144
353. Incidentes da alienação por iniciativa particular	1145
354. Efeitos da alienação por iniciativa particular.....	1145
<i>Subseção II – Leilão Judicial</i>	1146
355. Oportunidade do leilão	1146
356. Modalidades de leilão	1146

357. Objeto e lugar do leilão.....	1147
358. Designação do leiloeiro.....	1148
359. Direitos e deveres do leiloeiro.....	1149
359.1. Publicação do edital	1150
359.2. Realização do leilão	1150
359.3. Exposição dos bens.....	1150
359.4. Remuneração do leiloeiro	1151
359.5. Depósito do preço.....	1152
359.6. Prestação de contas	1153
360. Condições do leilão	1153
361. Natureza e função do edital de arrematação	1154
362. Requisitos do edital	1155
362.1. Descrição do bem penhorado.....	1155
362.2. Valor do bem	1156
362.3. Lugar do bem penhorado.....	1156
362.4. Lugar, período ou data do leilão.....	1157
362.5. Dia e hora da segunda licitação	1158
362.6. Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente.....	1158
363. Obrigatoriedade e expedição do edital	1160
364. Publicidade ordinária do edital	1161
365. Publicidade extraordinária do edital.....	1163
366. Leilão conjunto.....	1164
367. Transferência do leilão.....	1165
368. Intimações prévias ao leilão.....	1166
368.1. Intimação do executado.....	1167
368.1.1. Destinatários da intimação	1167
368.1.2. Forma da intimação.....	1168
368.2. Intimação de terceiros.....	1169
369. Forma do leilão	1171
370. Direção do leilão.....	1172
371. Ordem da arrematação	1173
372. Preferência da arrematação em globo	1174
373. Alienação de imóvel divisível.....	1175
373.1. Comodidade da divisão.....	1175
373.2. Requerimento do executado.....	1176
373.3. Procedimento do leilão	1176

374.	Forma do remate	1176
374.1.	Licitação entre os pretendentes	1178
374.2.	Preferência na aquisição do bem tombado.....	1179
375.	Alienação por proposta escrita	1179
375.1.	Objeto da proposta escrita	1179
375.2.	Valor da proposta escrita	1179
375.3.	Condições da proposta escrita.....	1180
375.4.	Decisão acerca da proposta escrita e recurso	1180
375.5.	Efeitos da aceitação da proposta escrita.....	1181
376.	Arrematação pelo exequente.....	1181
376.1.	Limite mínimo do lance do credor	1182
376.2.	Exibição do preço pelo credor.....	1182
377.	Proibição da arrematação por preço vil	1183
377.1.	Definição de preço vil.....	1184
377.2.	Alegação do preço vil.....	1185
378.	Alienação de imóvel de incapaz	1186
378.1.	Prazo do adiamento.....	1187
378.2.	Administração do imóvel durante o adiamento	1187
378.3.	Alienação antes do término do adiamento	1187
378.4.	Alienação depois do encerramento do adiamento	1188
379.	Suspensão da arrematação	1188
380.	Encerramento da arrematação.....	1189
381.	Resgate do bem hipotecado arrematado	1190
382.	Auto de arrematação	1190
383.	Carta de arrematação	1192
383.1.	Oportunidade da expedição da carta de arrematação	1194
383.2.	Elementos da carta de arrematação	1194
383.2.1.	Descrição do imóvel	1194
383.2.2.	Prova da quitação dos impostos.....	1195
383.2.3.	Auto de arrematação	1195
383.2.4.	Identificação do arrematante.....	1196
383.2.5.	Assinatura da carta	1196
383.3.	Registro da carta de arrematação.....	1196
384.	Carta de arrematação de bens móveis.....	1197
385.	Desfazimento da arrematação	1198
385.1.	Causas de desfazimento da arrematação	1199
385.1.1.	Nulidade dos atos executórios	1200

385.1.2.	Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução.....	1201
385.1.3.	Existência de ônus real omitido no edital.....	1201
385.1.4.	Casos previstos explicitamente no Código.....	1202
385.1.5.	Casos previstos implicitamente no Código.....	1202
385.2.	Meios e momento do desfazimento	1202
385.3.	Efeitos do desfazimento	1203
385.3.1.	Efeitos perante o arrematante	1204
385.3.2.	Efeitos perante o credor.....	1204
385.3.3.	Efeitos perante os auxiliares do juízo.....	1205
385.4.	Decisão do incidente e recurso	1205
386.	Resolução da arrematação por inadimplemento.....	1205
SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO.....		1207
§ 72.º Satisfação do Crédito.....		1207
387.	Satisfação do exequente através da adjudicação.....	1207
388.	Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor	1207
389.	Atribuição e distribuição do dinheiro	1208
390.	Pressupostos da entrega do dinheiro	1209
391.	Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado	1210
392.	Custódia do dinheiro.....	1211
393.	Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....	1212
393.1.	Credores participantes do concurso especial	1212
393.2.	Ordem dos credores no concurso especial	1214
393.2.1.	Preferência material	1215
393.2.2.	Preferência processual	1220
393.3.	Natureza do concurso especial	1222
393.4.	Limites à cognição no concurso especial	1223
394.	Procedimento da fase final do concurso especial	1223
394.1.	Competência no concurso especial	1224
394.2.	Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento ...	1225
394.3.	Distribuição parcial.....	1226
394.4.	Distribuição amigável	1226
394.5.	Natureza do ato que resolve o concurso.....	1227
394.6.	Quitação ao executado e extinção do processo.....	1228

12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	1229
SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS	1229
§ 73.º Lineamentos da Insolvência Civil	1229
395. Conceito e natureza da insolvência civil	1229
396. Caráter principal da insolvência civil.....	1233
§ 74.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva	1234
397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva	1234
398. Insolvência real.....	1237
399. Insolvência presumida.....	1237
§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil	1240
400. Conflito entre falência e insolvência civil.....	1240
401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil	1241
402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva ...	1241
403. Fases da insolvência civil	1243
SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA	1244
§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento	1244
404. Título e inadimplemento na execução coletiva	1244
404.1. Título executivo.....	1244
404.2. Inadimplemento.....	1245
§ 77.º Capacidade Postulatória	1245
405. Participação do advogado na insolvência civil	1245
§ 78.º Competência na Insolvência Civil	1246
406. Problema de competência na insolvência civil	1246
406.1. Competência na insolvência voluntária	1247
406.2. Competência na insolvência necessária	1248
406.3. Espécie de competência na insolvência.....	1248
407. Universalidade do juízo da insolvência	1249
§ 79.º Legitimidade na Insolvência Civil	1251
408. Legitimidade ativa na insolvência civil	1251
408.1. Legitimidade ativa do credor quirografário	1252
408.2. Legitimidade ativa do devedor	1254
408.3. Legitimidade ativa do espólio do devedor	1254

409.	Legitimidade passiva na insolvência civil.....	1255
409.1.	Legitimidade passiva do devedor civil	1255
409.2.	Legitimidade passiva do espólio do devedor	1257
410.	Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil.....	1257
411.	Ministério Público na insolvência civil	1259
SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA		1259
§ 80.º Insolvência Necessária		1259
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>		<i>1259</i>
412.	Requisitos da petição inicial	1259
412.1.	Endereçamento da inicial	1260
412.2.	Identificação das partes.....	1260
412.3.	Causa de pedir na insolvência	1260
412.4.	Pedido na insolvência civil.....	1262
412.5.	Proposição de provas na insolvência civil	1262
412.6.	Explicitação do valor da causa	1263
412.7.	Requerimento e modos de citação do executado	1263
413.	Efeitos da propositura da insolvência necessária.....	1263
<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>		<i>1263</i>
414.	Emendas da petição inicial	1263
415.	Indeferimento da petição inicial	1264
416.	Deferimento da petição inicial	1264
<i>Subseção III – Instrução da fase inicial</i>		<i>1265</i>
417.	Pagamento do executado.....	1265
418.	Revelia do executado.....	1265
419.	Reconhecimento do pedido	1266
420.	Elisão do pedido através de depósito	1266
421.	Embargos do executado na insolvência.....	1267
<i>Subseção IV – Julgamento da fase final.....</i>		<i>1269</i>
422.	Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva	1269
§ 81.º Insolvência Voluntária.....		1270
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>		<i>1270</i>
423.	Requisitos da petição inicial	1270
423.1.	Endereçamento da inicial	1272

423.2.	Identificação das partes.....	1272
423.3.	Causa de pedir na insolvência voluntária	1272
423.4.	Pedido na insolvência voluntária	1274
423.5.	Produção de provas	1274
423.6.	Explicitação do valor da causa	1274
423.7.	Citação dos credores.....	1275
424.	Efeitos da propositura da insolvência voluntária	1275
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>	1275
425.	Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....	1275
426.	Indeferimento da inicial	1276
427.	Deferimento da inicial	1276
	<i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i>	1276
428.	Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência....	1276
429.	Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desis- tência da ação	1276
	§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência	1277
430.	Classificação dos efeitos da insolvência.....	1277
431.	Termo inicial dos efeitos	1279
432.	Efeitos processuais da declaração de insolvência	1280
432.1.	Instalação da execução coletiva.....	1280
432.2.	Procedimento edital na insolvência	1281
432.3.	Arrecadação dos bens do devedor.....	1282
432.4.	Perda da preferência.....	1284
432.5.	Perda da capacidade processual.....	1284
432.6.	Atração das execuções singulares.....	1285
432.7.	Escolha do administrador da massa.....	1287
432.8.	Interrupção da prescrição	1287
433.	Efeitos materiais da declaração de insolvência	1289
433.1.	Vencimento antecipado das dívidas.....	1289
433.1.1.	Deságio das obrigações vincendas	1289
433.1.2.	Suspensão da fluência dos juros	1290
433.1.3.	Estabilização do valor das dívidas em moeda estran- geira	1291
433.1.4.	Suspensão da fluência da comissão de permanência ...	1291
433.1.5.	Compensação das dívidas do insolvente	1292
433.1.6.	Correção monetária dos créditos.....	1292

433.2.	Perda da disponibilidade patrimonial	1293
433.2.1.	Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência	1294
433.2.2.	Disciplina dos negócios bilaterais	1294
433.2.3.	Disciplina dos negócios unilaterais	1297
433.2.4.	Extinção das obrigações	1297
SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA		1297
§ 83.º Administração do Ativo		1297
434.	Formação do ativo e nomeação do administrador da massa	1297
434.1.	Natureza das funções do administrador	1298
434.2.	Escolha do administrador	1298
434.3.	Investidura do administrador	1299
434.4.	Substituição e destituição do administrador	1300
434.5.	Representação do administrador no processo	1301
435.	Direitos e deveres do administrador	1301
435.1.	Custódia da massa ativa	1301
435.2.	Arrecadação da massa ativa	1302
435.3.	Despesas da massa e prepostos do administrador	1303
435.4.	Representação judicial da massa	1303
435.5.	Alienação coativa dos bens da massa	1304
435.6.	Remuneração do administrador	1305
435.7.	Responsabilidade civil do administrador	1306
435.8.	Efeitos materiais da administração	1306
§ 84.º Organização do Passivo		1307
436.	Procedimento da habilitação de crédito	1307
436.1.	Legitimidade ativa	1307
436.2.	Natureza da habilitação	1308
436.3.	Forma da habilitação	1309
436.4.	Cumulação de execuções na habilitação	1309
436.5.	Controle da habilitação	1310
436.6.	Ordenação das habilitações e intimações das partes	1310
437.	Impugnação ao crédito habilitado	1311
437.1.	Natureza da impugnação	1311
437.2.	Prazo da impugnação	1312
437.3.	Legitimidade ativa na impugnação	1312
437.4.	Legitimidade passiva na impugnação	1312

437.5.	Causa de pedir e pedido na impugnação	1313
437.6.	Procedimento da ação de impugnação	1314
437.7.	Destino dos embargos atraídos ao juízo universal	1315
437.8.	Efeito da impugnação na execução coletiva	1316
438.	Elaboração do quadro geral de credores	1316
439.	Classificação dos créditos no concurso.....	1317
440.	Ação direta do credor retardatário	1319
440.1.	Natureza da ação direta	1319
440.2.	Competência na ação direta	1320
440.3.	Legitimidade ativa e passiva na ação direta	1320
440.4.	Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo	1321
440.5.	Rito da ação direta	1321
440.6.	Limites da cognição na ação direta.....	1321
440.7.	Posição do retardatário no concurso e participação no rateio... ..	1322
441.	Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva	1322
441.1.	Requisitos para concessão dos alimentos	1323
441.2.	Incidente sobre a pensão.....	1324
441.3.	Execução da decisão e extinção da verba alimentar	1324
§ 85.º Recuperação Amigável		1324
442.	Natureza da recuperação do devedor civil.....	1324
443.	Procedimento da recuperação civil.....	1326
443.1.	Forma da proposta do executado	1326
443.2.	Momento hábil à proposta de recuperação	1327
443.3.	Contraditório na recuperação	1327
443.4.	Efeitos do julgamento da recuperação	1328
443.5.	Natureza do pronunciamento na recuperação	1328
443.6.	Efeitos do descumprimento da recuperação	1328
§ 86.º Realização do Ativo.....		1329
444.	Avaliação na execução coletiva.....	1329
445.	Meios expropriatórios da execução coletiva.....	1329
446.	Momento da realização do ativo.....	1330
SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA.....		1331
§ 87.º Pagamento aos Credores		1331
447.	Momento do pagamento aos credores.....	1331
448.	Procedimento do rateio	1332

§ 88.º Extinção e Suspensão do Concurso	1333
449. Extinção da execução coletiva	1333
450. Suspensão da execução coletiva	1334
§ 89.º Saldo Devedor	1335
451. Saldo devedor da execução coletiva	1335
452. Reinício da execução coletiva	1335
§ 90.º Extinção das Obrigações	1336
453. Finalidade da ação de extinção das obrigações	1336
454. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente	1337
454.1. Prazo extintivo das obrigações	1337
454.2. Inexistência de bens arrecadáveis	1338
455. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente	1338
455.1. Competência da ação extintiva	1338
455.2. Legitimidade na ação extintiva	1338
455.3. Procedimento edital	1339
455.4. Petição inicial da ação extintiva	1339
455.5. Limites à cognição judicial	1339
455.6. Resposta dos réus	1339
455.7. Réplica do devedor e julgamento antecipado	1340
455.8. Produção de provas	1340
455.9. Natureza da sentença de procedência	1340
455.10. Julgamento da ação extintiva	1340
456. Efeitos da procedência da ação extintiva	1341

Título IV – Procedimentos executivos especiais

13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR	1342
§ 91.º Noções gerais acerca da execução do crédito alimentar	1342
457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar	1342
458. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar	1345
459. Classificação da obrigação alimentar	1347
459.1. Alimentos naturais e civis	1347
459.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos	1349
459.3. Alimentos definitivos e provisionais	1350
459.4. Alimentos futuros e pretéritos	1352
460. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios	1353

461. Garantias do crédito alimentar.....	1353
462. Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar	1355

SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO 1356

§ 92.º Procedimento da execução por expropriação..... 1356

463. Execução do crédito alimentar por expropriação	1356
463.1. Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação.....	1357
463.1.1. Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	1359
463.1.2. Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar	1359
463.1.3. Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação.....	1360
463.2. Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial.....	1360
463.3. Levantamento do dinheiro penhorado	1361
463.4. Encaminhamento normal da expropriação.....	1362
463.5. Crédito alimentar no concurso de preferências	1362
464. Execução de alimentos indenizativos	1363
464.1. Natureza da pretensão à constituição do capital	1364
464.2. Objeto do capital constituído.....	1365
464.3. Condição jurídica do capital constituído	1366
464.4. Sucedâneos da constituição do capital	1367
464.5. Vicissitudes do capital constituído	1368
464.6. Cessaçãõ da obrigação e liberaçãõ do capital	1369

SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL..... 1369

§ 93.º Noções gerais acerca da execução por coerção pessoal 1369

465. Título executivo na execução por coerção pessoal.....	1369
466. Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal	1372

§ 94.º Procedimento da execução por coerção pessoal 1376

467. Requisitos da petição inicial	1376
467.1. Competência na execução de alimentos.....	1377
467.2. Formulação do pedido na coerção pessoal.....	1379
467.3. Controle da petição inicial	1382

467.4.	Fixação de honorários advocatícios	1383
467.5.	Indeferimento da petição inicial.....	1383
468.	Cumprimento e defesa sumária do executado	1383
468.1.	Pagamento	1384
468.2.	Defesa do executado.....	1386
468.3.	Decisão do incidente	1392
468.3.1.	Natureza do pronunciamento.....	1392
468.3.2.	Recurso cabível. Efeito suspensivo	1392
468.3.3.	Motivação do ato.....	1393
468.3.4.	Efeitos do ato	1394
468.4.	Inatividade do executado	1396
469.	Prisão do executado	1396
469.1.	Prazo da prisão.....	1396
469.2.	Regime da prisão	1397
469.3.	Suspensão e revogação da prisão	1400
469.4.	Meios para o executado revogar a prisão	1400
469.5.	Renovação da prisão.....	1402
470.	Coerção pessoal e oposição do executado	1403
SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO		1403
§ 95.º Noções gerais acerca da execução por desconto		1403
471.	Execução por desconto em folha da obrigação alimentar	1403
472.	Opção pela execução por desconto.....	1405
§ 96.º Procedimento da execução por desconto		1405
473.	Particularidades da execução por desconto em folha.....	1405
473.1.	Identificação da fonte pagadora	1406
473.2.	Efetivação da medida	1407
473.3.	Cabimento da oposição do executado	1408
473.4.	Prosseguimento da execução	1409
14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		1410
§ 97.º Noções Gerais		1410
474.	Objeto da execução contra a Fazenda Pública.....	1410
475.	Causa do procedimento especial	1411
476.	Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento	1413
477.	Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública	1418

§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia	1423
478. Disciplina da execução da execução pecuniária	1423
479. Necessidade da execução	1424
480. Competência na execução contra a Fazenda Pública	1425
481. Legitimidade ativa e passiva	1426
482. Título executivo	1429
483. Proibição expressa do cumprimento provisório	1432
484. Cabimento dos honorários advocatícios	1432
485. Prazo e regime dos embargos e da impugnação	1434
486. Tribunal competente para processar o pagamento	1436
487. Obrigatoriedade da expedição do precatório	1436
488. Procedimento da requisição de pagamento	1439
488.1. Pagamento segundo o regime especial	1439
488.2. Pagamento segundo o regime excepcional.....	1442
489. Preterição da preferência e o sequestro	1446
489.1. Cabimento do sequestro	1447
489.2. Natureza da medida	1448
489.3. Legitimação ativa e passiva	1449
489.4. Objeto da medida	1449
489.5. Procedimento do “sequestro”	1450
§ 99.º Procedimento da Execução por Menor Quantia	1451
490. Execução de pequeno valor	1451
491. Definição de dívida de pequeno valor.....	1451
492. Execução incidente e desnecessidade de nova citação.....	1452
493. Legitimidade passiva	1453
494. Título executivo	1453
495. Exclusão do cumprimento provisório.....	1453
496. Admissibilidade da oposição do executado	1454
497. Competência e forma da requisição de pagamento	1454
498. Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública.....	1456
15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO	1458
§ 100.º Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial	1458
499. Cabimento do rito especial da execução hipotecária.....	1458
§ 101.º Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário	1461
500. Formação do processo executivo	1461

500.1.	Título e inadimplemento na ação executória hipotecária	1462
500.2.	Petição inicial da ação executória hipotecária.....	1464
500.2.1.	Competência da execução hipotecária	1465
500.2.2.	Pedido. Cumulação de multa e honorários	1466
500.2.3.	Citação dos executados	1466
500.2.4.	Valor da causa na execução hipotecária	1467
501.	Procedimento da ação executória hipotecária	1467
501.1.	Penhora	1467
501.2.	Depósito	1469
501.3.	Avaliação	1469
501.4.	Alienação coativa.....	1470
501.5.	Adjudicação	1471
16.	EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL.....	1473
§ 102.º	Noções Gerais.....	1473
502.	Realização do crédito da Fazenda Pública	1473
503.	Remédios para promover a defesa judicial do devedor	1474
503.1.	Embargos do executado	1476
503.2.	Mandado de segurança	1477
503.3.	Ação declaratória.....	1479
503.4.	Ação anulatória.....	1479
503.5.	Ação de restituição.....	1481
503.6.	Ação consignatória	1481
504.	Efeitos da demanda na esfera administrativa	1481
505.	Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública	1482
505.1.	Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de embargos.....	1482
505.2.	Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado	1485
505.3.	Intervenção do Ministério Público	1487
505.4.	Despesas processuais da Fazenda Pública.....	1487
505.5.	Responsabilidade dos auxiliares do juízo	1488
505.6.	Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos	1488
505.7.	Subsidiariedade da expropriação comum	1488
§ 103.º	Pressupostos Processuais da Execução Fiscal.....	1489
506.	Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....	1489

507.	Título executivo da Fazenda Pública	1489
507.1.	Formação do crédito da Fazenda Pública	1489
507.2.	Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....	1491
507.3.	Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa	1492
507.4.	Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....	1494
507.5.	Caracteres do título executivo.....	1496
508.	Exigibilidade do crédito da Fazenda	1498
509.	Problemas de competência na execução fiscal	1499
509.1.	Modificações da competência	1499
509.2.	Competência na execução movida por ente público contra outro ente público	1502
509.3.	Reunião das execuções por conveniência da penhora.....	1503
509.4.	Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências.....	1506
510.	Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal	1510
510.1.	Legitimidade ativa na execução fiscal	1510
510.2.	Legitimidade passiva na execução fiscal.....	1511
510.3.	Benefício de ordem do responsável.....	1515
	<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i>	<i>1516</i>
	§ 104.º Procedimento da Execução.....	1516
511.	Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública....	1516
511.1.	Endereçamento da petição inicial	1517
511.2.	Identificação das partes.....	1517
511.3.	Fatos e fundamentos do pedido.....	1518
511.4.	Pedido na execução fiscal.....	1519
511.5.	Produção de provas na execução fiscal	1519
511.6.	Valor da causa na execução fiscal	1520
511.7.	Requerimento e modos de citação do executado	1521
511.8.	Nomeação de bens na inicial	1523
512.	Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição.....	1524
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i>	<i>1528</i>
513.	Emendas na petição inicial	1528
514.	Indeferimento da petição inicial	1529
515.	Deferimento da petição inicial	1529

<i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial</i>	1531
516. Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública	1531
<i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação</i>	1533
517. Citação do executado e pagamento.....	1533
518. Pré-penhora na execução fiscal.....	1534
519. Nomeação de bens na execução fiscal	1535
520. Efetivação da garantia da execução.....	1539
520.1. Depósito em dinheiro.....	1539
520.2. Fiança bancária e seguro garantia	1541
520.3. Prova do depósito, da fiança e do seguro.....	1542
521. Depósito da coisa penhorada na execução fiscal	1543
522. Registro da penhora na execução fiscal	1545
523. Modificações da penhora na execução fiscal.....	1547
524. Intimação da penhora na execução fiscal.....	1549
<i>Subseção V – Fase instrutória da expropriação</i>	1551
525. Avaliação do bem penhorado	1551
525.1. Impugnação da avaliação	1552
525.2. Escolha do avaliador e laudo de avaliação	1553
525.3. Apresentação do laudo e decisão do juiz.....	1554
525.4. Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados.....	1554
526. Alienação antecipada na execução fiscal.....	1555
527. Arrematação na execução da Fazenda Pública	1556
527.1. Natureza e efeitos da arrematação.....	1556
527.2. Modalidade da arrematação	1557
527.3. Requisitos do edital	1557
527.4. Publicidade do edital.....	1558
527.5. Intimação das partes	1559
527.6. Lugar do leilão.....	1560
527.7. Arrematação pela Fazenda Pública	1561
527.8. Arrematação em globo	1562
527.9. Despesas de responsabilidade do arrematante.....	1562
<i>Subseção VI – Fase final da expropriação</i>	1563
528. Remição do bem penhorado e da execução	1563
529. Entrega do dinheiro.....	1564

530.	Adjudicação na execução fiscal	1565
530.1.	Objeto da adjudicação.....	1565
530.2.	Pressupostos da adjudicação.....	1565
530.3.	Forma do requerimento da adjudicação.....	1568
530.4.	Legitimidade para adjudicar.....	1568
530.5.	Saldo da adjudicação.....	1569
530.6.	Auto de adjudicação	1569
530.7.	Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação	1570
531.	Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....	1570
	<i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....</i>	1570
532.	Recursos cabíveis nas execuções de alçada.....	1570
532.1.	Valor de alçada nos executivos fiscais	1571
532.2.	Embargos de declaração	1572
532.3.	Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias	1572
532.4.	Reexame necessário e recurso extraordinário	1573
532.5.	Revisor nas apelações.....	1574

Título V – Reação do executado contra a execução

17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	1575
§ 105.º Noções Gerais.....	1575
533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado	1575
534. Relações entre os meios de reação do executado	1576
§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré-Executividade	1580
535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar	1580
536. Cabimento da exceção de pré-executividade.....	1582
537. Objeto da exceção de pré-executividade	1586
§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade	1591
538. Legitimidade do executado e de terceiros.....	1591
539. Prazo da exceção de pré-executividade	1592
540. Efeitos da apresentação da exceção	1594
541. Obrigatoriedade do contraditório.....	1595
§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção	1596
542. Efeitos do acolhimento da exceção	1596
543. Efeitos da rejeição da exceção.....	1598

18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	1600
SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO	1600
§ 109.º Natureza da Ação de Embargos	1600
544. Natureza jurídica dos embargos do devedor	1600
545. Conceito dos embargos do devedor	1603
§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos	1603
546. Limites da cognição na ação de embargos.....	1603
547. Classificação do objeto da cognição nos embargos	1608
547.1. Embargos de cognição sumária.....	1610
547.2. Embargos de cognição plenária.....	1612
548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....	1613
548.1. Inexequibilidade do título executivo	1613
548.2. Inexigibilidade da obrigação	1614
548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1615
548.4. Excesso de execução.....	1616
548.5. Cumulação indevida de execuções	1618
548.6. Retenção por benfeitorias	1619
548.7. Incompetência absoluta ou relativa	1621
548.8. Defesa processual e defesa de mérito do executado.....	1622
548.9. Solvabilidade	1624
548.10. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	1624
549. Exceção de impedimento e de suspeição	1624
SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO	1625
§ 111.º Noções Gerais	1625
550. Pressupostos processuais da relação incidente.....	1625
§ 112.º Imparcialidade	1627
551. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos	1627
552. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos	1627
§ 113.º Competência nos Embargos	1628
553. Regra geral de competência nos embargos	1628
554. Determinação da competência segundo a natureza do título.....	1630
555. Competência dos embargos na execução por carta	1630

§ 114.º Prazo dos Embargos	1634
556. Regras gerais do prazo para propor embargos.....	1634
556.1. Prazo geral e prazos especiais	1634
556.2. Natureza do prazo.....	1635
556.3. Efeito da fluência do prazo	1636
556.4. Suspensão do prazo	1636
556.5. Contagem, dobra e termo final do prazo	1637
556.6. Fluência durante as férias	1639
557. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....	1640
558. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação	1642
558.1. Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	1642
558.2. Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação	1642
558.3. Prazo na execução fiscal	1643
558.4. Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial	1646
559. Prazo dos embargos no desapossamento	1646
560. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial	1646
561. Prazo dos embargos no desconto em folha.....	1647
§ 115.º Legitimidade	1647
562. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor	1647
563. Legitimidade ativa nos embargos à execução	1649
563.1. Legitimidade dos responsáveis.....	1649
563.2. Legitimidade do cônjuge ou companheiro.....	1650
563.3. Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....	1651
563.4. Legitimidade condicionada à segurança do juízo	1653
564. Legitimidade passiva nos embargos à execução	1653
§ 116.º Segurança do Juízo	1654
565. Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo	1654
566. Exame do pressuposto da segurança do juízo	1656
567. Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros ...	1657
SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO	1658
§ 117.º Petição Inicial dos Embargos	1658
568. Requisitos da petição inicial dos embargos	1658
568.1. Causa de pedir nos embargos	1659
568.2. Pedido nos embargos	1662

568.3.	Valor da causa nos embargos	1663
568.4.	Indicação das provas nos embargos	1664
568.5.	Chamamento do embargado	1665
568.6.	Regime fiscal dos embargos	1666
569.	Efeitos da propositura dos embargos à execução	1666
569.1.	Prevenção e embargos	1666
569.2.	Litispendência	1667
569.3.	Litigiosidade do direito	1667
569.4.	Prescrição e mora	1667
569.5.	Suspensão do processo executivo	1667
569.5.1.	Embargos suspensivos e não suspensivos	1667
569.5.2.	Requisitos do efeito suspensivo dos embargos	1669
569.5.3.	Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos	1669
569.5.4.	Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos	1670
569.5.5.	Efeitos da suspensão da execução	1670
570.	Rito dos embargos	1671
	§ 118.º Controle da Petição Inicial	1672
571.	Emendas da petição inicial dos embargos	1672
572.	Indeferimento liminar dos embargos	1673
572.1.	Casos de indeferimento liminar dos embargos	1674
572.1.1.	Embargos ineptos	1674
572.1.2.	Embargos intempestivos	1675
572.1.3.	Embargos improcedentes	1675
572.1.4.	Embargos protelatórios	1676
572.2.	Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso	1676
573.	Deferimento inicial dos embargos	1677
	§ 119.º Resposta do Embargado	1678
574.	Resposta do embargado no sistema da lei processual	1678
575.	Audiência de mediação e de conciliação	1680
576.	Impugnação do embargado	1681
577.	Exceções do embargado	1683
578.	Reconvenção do embargado	1684
	§ 120.º Revelia do Embargado	1685
579.	Efeitos da revelia do embargado	1685

§ 121.º Intervenção de Terceiros	1688
580. Modalidades de intervenção de terceiros	1688
581. Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos	1688
581.1. Assistência à parte ou ao órgão judiciário	1689
581.2. Chamamento ao processo	1690
581.3. Chamamento em garantia	1691
581.4. Desconsideração da personalidade jurídica	1692
581.5. Oposição	1692
581.6. Correção da legitimidade passiva.....	1693
§ 122.º Julgamento dos Embargos	1693
582. Extinção dos embargos sem resolução do mérito	1693
583. Extinção dos embargos com resolução do mérito	1696
584. Honorários de advogado nos embargos	1698
SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS	1700
§ 123.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos	1700
585. Natureza da sentença dos embargos.....	1700
586. Eficácia de coisa julgada nos embargos	1701
§ 124.º Efeitos do Julgamento dos Embargos	1703
587. Efeitos no caso de procedência.....	1703
587.1. Declaração de inexecutabilidade do título e da inexistência crédito	1704
587.2. Redução da obrigação	1704
587.3. Desfazimento dos atos executivos.....	1704
587.4. Reconhecimento da responsabilidade do credor.....	1705
587.5. Substituição do título.....	1705
587.6. Averbação no registro da dívida ativa	1705
587.7. Extinção da execução	1705
588. Efeitos no caso de improcedência	1706
588.1. Desembaraço do processo executivo	1706
588.2. Definitividade da execução na pendência da apelação	1706
588.3. Condenação do embargante por dolo processual.....	1708
19. IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO	1709
§ 125.º Natureza da Impugnação do Executado	1709
589. Natureza da impugnação do executado.....	1709
590. Conceito da impugnação do executado.....	1714

§ 126.º Fundamentos da Impugnação do Executado	1714
591. Caráter sumário da cognição	1714
592. Casos explícitos de impugnação	1716
592.1. Falta ou nulidade da citação.....	1717
592.2. Ilegitimidade das partes.....	1720
592.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1721
592.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1723
592.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1724
592.6. Incompetência absoluta ou relativa	1725
592.7. Exceções e objeções substanciais supervenientes à sentença...	1725
592.8. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1728
592.8.1. Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada.....	1729
592.8.2. Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial	1738
592.8.2.1. Origem da regra	1738
592.8.2.2. Ineficácia do título.....	1739
592.8.2.3. Superveniência da inconstitucionalidade	1740
592.8.2.4. Constitucionalidade da regra	1741
592.8.2.5. Vantagens e desvantagens da regra.....	1742
592.8.2.6. Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório.....	1743
592.8.2.7. Origem do juízo de inconstitucionalidade	1743
592.8.2.8. Remédios admissíveis.....	1746
592.8.2.9. Aplicação retroativa da regra	1746
592.8.2.10. Efeitos do julgamento da impugnação.....	1746
593. Casos implícitos de impugnação.....	1747
§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental.....	1748
594. Generalidades	1748
595. Prazo da impugnação.....	1748
595.1. Natureza do prazo da impugnação.....	1749
595.2. Efeitos da fluência do prazo da impugnação.....	1749
595.3. Suspensão do prazo da impugnação	1750
595.4. Dobra do prazo de impugnação.....	1750
595.5. Termos inicial e final do prazo de impugnação.....	1751

596. Competência da impugnação	1751
597. Legitimidade ativa e passiva na impugnação	1752
598. Controle da imparcialidade na impugnação	1752
§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental	1752
599. Requisitos da petição inicial da impugnação	1752
600. Controle da inicial da impugnação	1754
601. Indeferimento liminar da impugnação.....	1755
602. Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo ...	1756
603. Prosseguimento da execução mediante caução.....	1758
604. Recurso cabível das resoluções do juiz	1758
605. Efeitos do recebimento da impugnação	1759
606. Chamamento do impugnado	1759
607. Atitudes do impugnado.....	1760
608. Procedimento da impugnação	1761
609. Julgamento da impugnação e recursos próprios	1761
§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado	1762
610. Efeitos no caso de procedência.....	1762
611. Efeitos no caso de improcedência	1763

Título VI – Reação dos terceiros contra a execução

20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	1764
§ 130.º Noções Gerais	1764
612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro	1764
613. Modalidade de intervenção de terceiros.....	1767
§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro	1768
614. Competência nos embargos de terceiro	1768
615. Legitimidade nos embargos de terceiro.....	1772
615.1. Legitimidade ativa	1772
615.1.1. Noção de terceiro	1773
615.1.2. Domínio e posse do terceiro.....	1775
615.1.3. Embargos do compromissário	1776
615.1.4. Embargos do cônjuge ou do companheiro	1777
615.1.5. Embargos do herdeiro	1779

615.1.6.	Embargos do adquirente do bem alienado em fraude contra a execução	1779
615.1.7.	Embargos em desconsideração da personalidade jurídica	1780
615.1.8.	Embargos do credor real.....	1780
615.1.9.	Fungibilidade dos embargos.....	1781
615.2.	Legitimidade passiva.....	1782
616.	Integração da capacidade processual	1785
617.	Prazo dos embargos de terceiro.....	1785
618.	Objeto dos embargos de terceiro	1790
619.	Valor da causa nos embargos de terceiro	1792
§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro		1793
620.	Instauração e desenvolvimento dos embargos	1793
620.1.	Petição inicial e liminar	1793
620.1.1.	Requisitos da liminar	1793
620.1.2.	Caução.....	1795
620.2.	Rejeição liminar dos embargos.....	1796
620.3.	Citação do embargado	1796
620.4.	Efeitos da propositura dos embargos	1797
620.5.	Mérito dos embargos e limites à cognição judicial	1798
620.5.1.	Embargos do possuidor.....	1799
620.5.2.	Embargos do titular de direito real.....	1800
620.5.3.	Sumariedade da cognição	1802
620.6.	Reação do embargado	1802
620.6.1.	Revelia	1803
620.6.2.	Meios de reação	1803
620.6.3.	Limites da contestação e o ônus da prova	1804
620.6.4.	Indicação de provas	1806
620.7.	Rito dos embargos	1806
620.8.	Sucumbência nos embargos de terceiro	1807
621.	Natureza da sentença dos embargos.....	1809
§ 133.º Efeitos dos Embargos de Terceiro.....		1810
622.	Efeitos no caso de procedência.....	1810
623.	Efeitos no caso de improcedência.....	1811

Outras obras do autor	1813
Índice alfabético-remissivo	1815
Índice legislativo	1865
Índice onomástico	1913